



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 4/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Arrecadação, Gastos e Prestação de Contas Eleitorais 2020" para uma turma de até 45 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado na modalidade de Ensino a Distância, com carga horária de 6(seis) horas de videos gravados, previsto para início na primeira semana de junho/2020.

**2.1 Dados da instituição promotora**

Razão Social: INOVART Cursos e Treinamentos Ltda ME

CNPJ: 27.529.450/0001-22

Endereço: Av. Santa Inês, 1129 - sala 244 - Horto Florestal - São Paulo/SP, CEP 02415-001

Contato: José Roberto Crege

E-

mail: contato@professorarita.com.br, [inovartcursos@gmail.com](mailto:inovartcursos@gmail.com).

Tel: 11 97035-3634



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Bradesco - banco: 237, agência: 0255-  
conta: 7376-8

### **2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento  
SEI [0522618](#)

### **2.3. PÚBLICO-ALVO**

Servidores da CCIA, GABDG e STI

### **2.4. METODOLOGIA:**

O curso será realizado na modalidade EAD, sem tutoria, por meio da plataforma Hotmart Club, sendo as videoaulas compostas por 39 tópicos distribuídos em 230 telas, ministradas com comentários e exemplos de casos práticos baseados em situações reais. Serão disponibilizadas apostilas contendo todo o material para acompanhamento das videoaulas.

Os participantes terão 30 dias, a contar da disponibilização das aulas, para a conclusão e certificação do curso, porém o mesmo ficará disponível por mais um ano para consultas.

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

### **3.1. Da Necessidade:**

A prestação de contas constitui-se num procedimento indispensável dentro de uma campanha eleitoral, vez que é por meio dela que afere-se a legitimidade e legalidade de todos os recursos utilizados na administração da campanha, com vistas às eleições. Neste sentido, faz-se necessário a capacitação dos servidores dos cartórios eleitorais que lidam com a matéria, além dos que irão auditá-lo.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2020, sob n. 20200106, identificada como necessária na correção efetuada pela Corregedoria Regional Eleitoral.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

#### **3.2.1. Da singularidade do serviço:**

A capacitação em "Arrecadação, Gastos e Prestação de Contas Eleitorais 2020" versa sobre conteúdo técnico na área de prestações de contas para eleições 2020. A docente explicitará o conteúdo programático a partir de técnica exclusiva, desenvolvida e aperfeiçoada ao longo do tempo, com base em suas experiências pessoais, profissionais, ideologia, formação, estudos, aulas e trabalhos anteriormente realizados. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

#### **3.2.2. Da escolha do notório especialista:**

Para a execução do presente objeto, optou-se pela palestrante **Rita Gonçalves**, especialista em Direito Eleitoral, conforme dados inseridos na proposta (evento [0522618](#)). Sua experiência como instrutora tanto presencial como on line em treinamentos na área de prestação de contas eleitorais a qualifica como **notório especialista** na matéria. Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que a escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

#### **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 45 servidores, em R\$ 300,00.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para a avaliação do custo proporcional ao benefício e compatibilidade de mercado, insere-se abaixo alguns cursos já contratados por este Regional

<b>Capacitação</b>	<b>Ano</b>	<b>Nr. Participantes</b>	<b>Modalidade</b>	<b>C/ h</b>	<b>Valor total</b>	<b>V hora/p</b>
Governança Pública	2019	20	presencial	16	R\$ 19.000,00	R
Workshp Playback Theatre	2019	50	presencial	16	15.800,00	R
Reciclagem Anual de Segurança	2019	7	EAD	30	R\$ 3.220,00	R\$
Prestação de Contas (em contratação)	2020	45	EAD	6	R\$ 13.500,00	R

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

## **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

## **6- DO PAGAMENTO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

## **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores que utilizarão o serviço;
2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la,
4. Garantir, aos servidores acesso, em tempo integral, à internet para acompanhamento do curso;
5. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

## **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Disponibilizar, no prazo de 48 horas após o recebimento da Nota de Empenho, acesso às video aulas;
2. Garantir aos servidores inscritos o acesso total, permanente e simultâneo, por meio da intranet, para conclusão do curso, bem como por mais um ano para consultas;
3. Disponibilizar suporte completo para as áreas em que estão disponíveis as capacitações. Caso haja qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto, por quaisquer motivos alheios ou não à vontade da contratada, será imediatamente informado à contratante.
- 4 Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação) e perante a Justiça Trabalhista;
- 5 Disponibilizar certificado em mídia digital, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a finalização do curso.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Apresentar, no prazo de até 10 dias após a conclusão do curso, a fatura/nota fiscal referente ao serviço disponibilizado.

### **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

### **11 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

### **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático disponibilizado na plataforma nos 30 dias, após a emissão da Nota de Empenho, bem como um ano a mais para consultas.

### **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
  - a) a confirmação do evento no prazo definido;
  - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
  - a) a disponibilização do conteúdo na plataforma Hotmart;
  - b) a regularidade das aulas;
  - c) o cumprimento dos horários;
  - d) o fornecimento dos materiais;
  - e) demais itens inclusos na contratação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Após a execução do evento verifica-se:

- a) o cumprimento da carga-horária;
- b) a avaliação do evento pelos participantes;
- c) a emissão dos certificados;
- d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

## **14 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0522635](#), [0522637](#), [0522640](#) e [0522642](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0522618](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 05/05/2020, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001187-83.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação – curso fechado – Arrecadação, gastos e prestação de contas eleitorais 2020 – ANÁLISE.

**PARECER JURÍDICO Nº 88 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

## **I – RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([0522560](#)) com vistas a contratar a empresa **INOVART Cursos e Treinamentos Ltda ME, CNPJ n. 27.529.450/0001-22**, para a realização de treinamento na modalidade de ensino a distância, consistente no curso **“ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2020”** para uma turma de até 45 (quarenta e cinco) servidores, com carga horária de 6 (seis) horas de vídeos gravados, previsto para iniciar na primeira semana de junho de 2020.

**02.** Conforme item 4 do Projeto Básico 4/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0530990](#)), dimensionou-se o valor total do curso em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. A unidade realizou a avaliação de custo proporcional ao benefício e a compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, concluindo que o valor está compatível com os praticados para eventos desta natureza.

**03.** Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Tributos Federais ([0522637](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0522640](#)); Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0522642](#)); e Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0522635](#)).

**04.** O conteúdo e a previsão da data do curso estão devidamente descritos na proposta técnica/comercial da empresa ([0522618](#)) e no Projeto Básico 4 ([0530990](#)).

**05.** Verifica-se que consta, no referido Projeto Básico, a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, garantias, prazo de execução, gestão e fiscalização e anexos contendo documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

**06.** A SEDES encaminhou, por e-mail ([0531007](#)), o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0531145](#)).

**07.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS da empresa, em análise formal, verificou que o PB



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

complementado pela proposta da empresa encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente [\(0531303\)](#).

**08.** Na Remessa n. 207 (0531365), a coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

**09.** A SPOF [\(0531653\)](#) procedeu a Programação Orçamentária no valor de em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, indicando o Pré-Empenho n. 2020PE0000106, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade em que informou está a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**10.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI N. 8.666/93.**

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

**12.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original)

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**15.** Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**16.** Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

**17.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**18.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, verbis:**

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**19.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

**Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

**20.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS. COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

## **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**

**21.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**22.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico 4 ([0530990](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

### **III - DA CONCLUSÃO**

**23.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade da **contratação direta** da empresa **INOVART Cursos e Treinamentos Ltda. ME**, CNPJ n. **27.529.450/0001-22**, para a realização do curso de **“ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2020”** para uma turma de 45 (quarenta e cinco) servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, com carga horária de 06 (seis) horas de vídeos gravados, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do Projeto Básico 4 ([0530990](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**24.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0531145](#)).

**25.** O valor total do curso, orçado em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, cobre um público de 45 (quarenta e cinco) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no intuito de que sejam inscritos no evento o **número total de vagas contratadas para servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

**26.** Por fim, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que da mesma forma seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Milena Santiago Rivero, Estagiário**, em 12/05/2020, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 12/05/2020, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001187-83.2020.6.22.8000

INTERESSADO: CCIA

ASSUNTO: Contratação da empresa especializada para a realização de treinamento na modalidade de ensino a Distância do curso "Arrecadação, Gastos e Prestação de Contas Eleitorais 2020".

**DESPACHO Nº 651 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Versam os autos sobre processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional (SEDES), objetivando a contratação de empresa **INOVART Cursos e Treinamentos Ltda. ME**, CNPJ n. **27.529.450/0001-22**, para a realização de treinamento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

na modalidade de ensino a distância, consistente no curso “**ARRECAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2020**”, para uma turma de até 45 (quarenta e cinco) servidores, com carga horária de 6 (seis) horas de vídeos gravados, previsto para iniciar na primeira semana de junho de 2020 ([0522560](#)).

A SEDES elaborou o Projeto Básico n. 4/2020 ([0530990](#)), no qual dimensionou o valor por inscrição em R\$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme item 4 do referido projeto básico, caso se concretize a formação de turma com 45 (quarenta e cinco) servidores.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos as certidões negativas da referida empresa: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0522635](#)), Certidão Negativa de Tributos Federais ([0522637](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0522640](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0522642](#)).

Em análise do Projeto Básico a COMAP concluiu que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação, a ser analisada pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 11 da IN n. 004/2008-TRE-RO ([0531303](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária [0531653](#) no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A AJDG opinou pela possibilidade da contratação direta da referida empresa; pela aprovação do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato e sua substituição pela nota de empenho, entendendo **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal, contudo, registrou não haver óbice que se proceda a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE ([0534026](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG n. 88/2020 ([0534203](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 439/1998 — Plenário e do art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Para tanto, o artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93 exige o preenchimento de dois requisitos gerais: a natureza singular da contratação e a prestação dos serviços por profissionais ou empresas de notória especialização.

**Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que a aplicação dos conceitos da referida capacitação dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente. Assim, o que se tem é que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**Quanto à notória especialização**, consta nos autos que a palestrando que ministrará o curso é especialista em Direito Eleitoral, conforme dados inseridos na proposta (evento [0522618](#)), de forma que sua experiência como instrutora em treinamentos de natureza presencial ou online, na área de prestação de contas eleitorais, a qualifica como profissional de notória especialização.

No tocante à disposição contida no parágrafo único do artigo 26, da Lei de Licitações e Contratos, que estabelece a observância de alguns requisitos legais de caráter genérico aplicáveis a todas as contratações diretas, quais seja: a **razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço**. Tais requisitos encontram-se demonstrados de forma satisfatória pelas razões expostas no Projeto Básico 4 ([0530990](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível com os padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

Verifica-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

está em harmonia com o Plano Anual de Capacitação de 2020, sob nº 20200106, conforme informado no subitem 3.1 do item 3 do PB ([0530990](#)).

Embora se trate de serviço e, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, cuja cópia foi enviada, via e-mail, para ciência, à empresa a ser contratada ([0531145](#)).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **RATIFICA** a situação de inexigibilidade prevista no art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93 e reconhecida pela SAOFC, para:

**1. Aprovar o Projeto Básico 04/2020/SEDES ([0530990](#))**, com fundamento no art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei n. 8.666/93, pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas do artigo 6º da mesma norma;

**2. Autorizar a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93;

**3. Adjudicar o objeto à empresa INOVART Cursos e Treinamentos Ltda. ME, CNPJ n. 27.529.450/0001-22 e autorizar a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa supracitada, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**;

**4. Autorizar a substituição do contrato pela nota de empenho**, com fulcro no [art. 62 da Lei 8.666/93](#), instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual; e

**5. Determinar a publicação da ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE)**, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal.

Ademais, cumpre ressaltar que deverá haver atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivada a contratação.

À SAOFC para continuidade das ações visando à contratação pretendida.

---



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/05/2020, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 952020  
Disponibilização: 18/05/2020  
Publicação: 19/05/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: INOVART CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 27.529.450/0001-22. Objeto: Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Arrecadação, Gastos e Prestação de Contas Eleitorais 2020" para uma turma de até 45 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O curso será realizado na modalidade de Ensino a Distância, com carga horária de 6(seis) horas de vídeos gravados, previsto para início na primeira semana de junho/2020. Fundamento Legal: art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93. Valor: R\$ 13.500,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-48, Nota de Empenho nº 2020NE000360, de 14/05/2020. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE/RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 88/2020, de 12/05/2020, SILVIA GONÇALVES DE MACEDO – CPF nº 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 651/2020 - PRES/DG/GABDG, de 13/05/2020, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 00001187-83.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 18/05/2020, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.